

# Senado vazio não vota lei salarial

A falta de quórum impediu ontem o Senado de votar o projeto de política salarial. Isso adia a discussão da matéria para, no mínimo, o mês de agosto, quando recomeçam os trabalhos do Legislativo, que entrou em recesso ontem. Assim, ficará valendo a Medida Provisória 193 que, segundo líderes governistas, deverá se alterar na sua redação, criando um abono para quem receber até três salários mínimos. Apesar da insistência dos partidos de oposição, o presidente do Congresso Nacional, Nelson Carneiro, se negou a adiar o recesso legislativo ou convocar extraordinariamente a Casa para a apreciação da matéria.

Apenas 27 dos 75 senadores atenderam à convocação da Mesa para apreciar o projeto de política salarial das lideranças de oposição aprovado na sexta-feira passada pela Câmara dos Deputados. Na tentativa de evitar que o ônus político da não votação da matéria recaísse sobre o Senado, o presidente da Casa afirmou: "O Senado não pode ser culpado. A Câmara teve todo o tempo para apreciar a matéria e a enviou somente à véspera do recesso parlamentar".

O senador Jamil Haddad (RJ), líder do PSB, discordou da argu-

mentação do presidente da Casa. Para ele, é "um absurdo" o Senado obstruir a votação de uma matéria "que teve consenso na Câmara". Haddad afirmou que a ausência dos senadores era "a continuidade da manobra" do Governo, que "usou de todas as armas para adiar a votação". Só que a denúncia de manobra do Governo esbarrava na lista de presença que registrou as faltas de parlamentares do PMDB, PSDB e do PDT — que têm mantido uma postura de oposição.

Baseado nessa lista, o senador Maurício Corrêa disse que "o pior" era verificar a ausência de congressistas "que tem um discurso de esquerda, mas apoiam o Governo". Afirmou que "estes senadores estão abrigados em legendas que se dizem de oposição ou progressistas, mas não têm coragem de vir aqui para assumir suas verdadeiras opiniões. Lamentou todo o esforço feito pelas lideranças de oposição para garantir a apreciação do projeto: "Atravessamos o Atlântico a nado, mas morremos na praia".

Apesar de não haver quórum para sua votação, o projeto de política salarial cumpriu toda a tramitação necessária para sua apreciação no Senado. O parecer do relator da Comissão de Assuntos Sociais,

senador Humberto Lucena (PMDB-PB), foi pela aprovação integral da matéria. O texto enviado pela Câmara prevê o reajuste mensal, de acordo com o IPC, dos salários que correspondem até cinco salários mínimos; e reajuste trimestral, para quem recebe de cinco a dez mínimos. Acima desse teto prevalece a livre negociação salarial. "A inflação volta a recrudescer, por isso temos que aprovar a proposta", afirmou o senador.

A conclusão da tramitação em regime de urgência garante ao projeto o primeiro lugar na pauta de votação do mês de agosto — quando termina o recesso parlamentar. Os partidos de oposição, no entanto, argumentam que será difícil retomar a discussão antes da eleição. "Quero ver quem vem aqui na reta final da campanha", denunciou o vice-líder do PT, deputado Paulo Paim. O líder do PSDB, Euclides Scalco, é da mesma opinião e, por isso, pretende negociar com a presidência do Congresso a convocação extraordinária das duas Casas ainda esta semana, para concluir a apreciação da política salarial e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

☐ Leia mais sobre salários na página 6.